



*Sindicato Nacional dos Professores Licenciados
pelos Politécnicos e Universidades*

Concursos de Contratação de Escola MEC confirma ilegalidades

Na sequência das denúncias apresentadas pelo SPLIU junto de várias entidades do Ministério da Educação e Ciência, e, também, pelo apoio que dispensou aos seus associados na formulação das reclamações apresentadas em sede do procedimento concursal de contratação de escola, o MEC veio a assumir no dia 15 de Outubro, que foram detectadas ilegalidades em concursos de colocação de professores, seleccionados através das ofertas da Escola.

Segundo o que revela o Jornal Público sobre este assunto, “nesses casos, que não quantifica (o MEC), os concursos serão repetidos e os contratos com os professores anulados, a não ser que aqueles se candidatem e sejam novamente seleccionados”!

Perante o teor desta notícia, o SPLIU questiona se terá o MEC investigado e detectado todos os casos de concursos de contratação de escola onde tenham eventualmente ocorrido ilegalidades (?), de forma a garantir a universalidade da decisão e consequentes medidas anunciadas pelo MEC.

O SPLIU sempre defendeu o primado da justiça, do rigor e da transparência nos concursos de recrutamento e selecção de professores, mas, no caso presente, com mais de um mês volvido sobre o início das aulas, teme-se que o procedimento agora anunciado de repor a legalidade possa trazer ainda mais desestabilização às escolas do que aquela que já existe, aumentando-se ainda mais a trapalhada.

A detecção das ilegalidades pelos serviços da IGE nos concursos de contratação de escola vêm de alguma forma dar razão a muitas das acusações e críticas que têm sido feitas aos directores das escolas na condução dos respectivos processos de selecção dos candidatos no âmbito dos concursos supracitados, exigindo-se uma mudança de atitudes e de comportamentos institucionais na aplicação das regras vigentes.

No procedimento de reparação do erro, agora decidido pelo MEC, o SPLIU exige que o mesmo seja levado a efeito com eficácia e eficiência, devendo-se prevenir, em toda a dimensão, os danos colaterais que daí poderão advir para os alunos e para os professores.

A Direcção Nacional